

STJ00097031

**PAULO R. M. THOMPSON FLORES**

Advogado Sênior da Advocacia Thompson Flores

Professor Titular de Direito Civil URCAMP e UNICEUB

Secretário de Educação Superior do MEC

Especialista em Docência do Ensino Superior e Metodologia do Ensino Jurídico

Membro da Comissão de Educação Jurídica do Conselho Federal da OAB

**DIREITO CIVIL**  
**PARTE GERAL**  
DAS PESSOAS, DOS BENS  
E DOS FATOS JURÍDICOS



Gazeta Jurídica

Brasília  
2013

1ª Edição – 2013

© Gazeta Jurídica Editora e Livraria LTDA ME

*Ilustra a capa a obra “FACES DA JUSTIÇA” de autoria da artista plástica Salete Henkes Thompson Flores, adquirida mediante concurso público pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios para compor seu acervo.*

CIP- Brasil – catalogação na publicação

SNEL - Sindicato Nacional dos editores de Livros , RJ

F657d

Flores, Paulo Roberto Moglia Thompson

Direito civil: parte geral : das pessoas, dos bens e dos fatos jurídicos / Paulo Roberto Moglia Thompson Flores. - 1. ed. - Brasília, DF : Gazeta Jurídica, 2013

928 p. : il. ; 23 cm

Inclui bibliografia e índice

ISBN 978-85-66025-21-7

1. Brasil. [Código civil (2002)]. 2. Direito civil - Brasil. I. Título.

13-01779.

CDU: 347(81)

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer forma ou meio, inclusive eletrônico. Sanções previstas nos artigos 102 e 104 da Lei dos Direitos Autorais – Lei 9610, de 19 de fevereiro de 1998 e no artigo 184 do Código Penal – Decreto-Lei 2848, de 7 dezembro de 1940.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS PELA

**GAZETA JURÍDICA EDITORA E LIVRARIA LTDA ME**

SHIS. QL 02, Conjunto 5 Casa 14, Lago Sul

CEP: 71610-055 - Brasília - DF

Diretora: ADRIANA BELTRAME

Presidente do Conselho Editorial: PETRONIO CALMON

IMPRESSO NO BRASIL / printed in Brazil

985035

# SUMÁRIO

---

<b>TÍTULO I – INTRODUÇÃO AO DIREITO CIVIL.....</b>	<b>1</b>
<b>CAPÍTULO PRIMEIRO – O DIREITO E SUAS DIVISÕES .....</b>	<b>3</b>
1. Breves linhas sobre o conceito de direito.....	3
2. A interpretação do direito e a integração das normas .....	8
2.1 A compreensão do fenômeno jurídico .....	10
2.2 Noções de sistema jurídico .....	14
3. Direito e moral .....	18
4. Direito subjetivo e direito objetivo .....	21
5. Direito público e direito privado.....	26
<b>CAPÍTULO SEGUNDO –</b>	
<b>EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE DIREITO CIVIL.....</b>	<b>37</b>
1. Abrangência do conceito de direito civil e sua evolução histórica.....	37
1.1 O legado do direito romano e sua recepção no direito moderno .....	40
1.2 O processo de especialização.....	45
1.3 A crítica à ideia de codificação.....	50
1.4 O direito civil no século XXI.....	54

1.5 Direito Civil Constitucional.....	63
2. O Direito Civil brasileiro.....	65
2.1 Do período colonial até o Código Civil de Bevilacqua.....	66
2.2 O Código Civil de 1916.....	71
2.3 A discussão sobre a necessidade de um novo código e o processo de sua elaboração.....	75
2.4 Do Anteprojeto de 1972 ao Código de 2002.....	76
3. O Código Civil de 2002.....	79
3.1 Princípios condutores.....	80
3.2 A questão da parte geral.....	85
3.3 Estrutura e conteúdo do Código.....	88
3.4 Críticas, defesa e conclusão.....	90
<b>CAPÍTULO TERCEIRO – A LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO.....</b>	<b>97</b>
1. Denominação e conteúdo.....	98
2. A lei como fonte imediata do direito.....	99
2.1 Conceito.....	100
2.2 Características.....	101
2.3 Classificação.....	103
2.3.1 Quanto à hierarquia.....	103
2.3.2 Quanto à amplitude territorial.....	107
2.3.3 Quanto à cogência.....	109
2.3.4 Quanto à natureza.....	110
2.3.5 Quanto à intensidade da sanção.....	111
2.3.6 Quanto à natureza do comando.....	113
2.3.7 Quanto ao sistema a que pertencem.....	114
2.3.8 Quanto à flexibilidade.....	115
2.4 Outras fontes.....	115
2.4.1 Costume.....	116
2.4.2 Jurisprudência.....	117
2.4.3 Princípios gerais de direito.....	119
2.4.4 Doutrina.....	120
2.4.5 Equidade.....	121

2.4.6 Analogia .....	123
2.4.7 Direito Comparado .....	125
2.4.8 Teoria do ato jurídico como fonte primordial .....	125
3. Vigência da lei.....	127
3.1 Início da vigência .....	127
3.2 Cessação da vigência.....	129
3.2.1 Leis de vigência temporária .....	130
3.2.2 Revoga�o .....	130
4. Obrigatoriedade da lei .....	134
5. Interpreta�o da lei e sua aplica�o.....	138
5.1 Conceito de interpreta�o .....	139
5.1.1 Espécies de interpreta�o .....	143
5.1.2 Interpreta�o e integra�o .....	158
6. Eficácia da lei no tempo .....	161
6.1 Direito intertemporal .....	161
6.2 Princípio da irretroatividade das leis .....	164
6.3 Teorias relativas ao efeito retroativo .....	167
6.4 Aplica�es do direito intertemporal .....	169
7. Eficácia da lei no espaço.....	175
7.1 A questão da extraterritorialidade.....	175
7.2 Evolu�o histórica .....	176
7.3 Princípio do domicílio e da nacionalidade.....	177
7.4 Aplica�o no direito brasileiro .....	178
<b>TÍTULO II – DAS PESSOAS .....</b>	<b>183</b>
<b>CAPÍTULO QUARTO – PESSOA E PERSONALIDADE .....</b>	<b>185</b>
1. O princípio da dignidade da pessoa humana .....	185
2. Pessoa, personalidade, sujeito de direito, capacidade.....	187
2.1 Todo o ser humano � pessoa.....	190
2.2 Somente o ser humano � pessoa.....	193
2.3 Princípios fundamentais da personalidade.....	197
2.4 Sujeito de direito .....	201

2.5 Capacidade de direito e capacidade de fato .....	203
2.6 Capacidade e legitimação .....	205
3. Início da personalidade.....	207
3.1 As teorias concepcionistas, natalistas e da personalidade condicional .....	209
3.2 A questão do início da vida .....	218
3.3 A posição do Código Civil Brasileiro.....	220
3.4 O nascimento com vida .....	223
3.5 A situação jurídica do nascituro .....	227
3.6 A dignidade da pessoa humana e a proteção da vida embrionária .....	236
4. Fim da personalidade .....	239
4.1 Conceito de morte.....	239
4.2 A morte presumida.....	240
4.2.1 Natureza da presunção .....	241
4.2.2 A morte presumida do art. 7º do Código Civil .....	241
4.3 A ausência .....	243
4.3.1 Conceito .....	244
4.3.2 Fases do processo de ausência.....	246
4.3.2.1 Curadoria dos bens do ausente .....	247
4.3.2.2 Sucessão provisória.....	251
4.3.2.3 Sucessão definitiva e presunção de morte .....	256
4.4 Comoriência .....	258
<b>CAPÍTULO QUINTO – DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE .....</b>	<b>263</b>
1. A dignidade da pessoa humana como valor fundamental .....	263
2. Conceito.....	265
3. Natureza.....	270
4. Características.....	273
5. Proteção aos direitos da personalidade .....	277
6. Classificação dos direitos da personalidade .....	280
6.1 Direito à integridade física.....	282
6.1.1 O direito à vida .....	282
6.1.2 A inviolabilidade do corpo e os atos de disposição do próprio corpo.....	283

6.1.2.1 A questão do tratamento médico de risco.....	286
6.1.2.2 A disposição do corpo <i>pos mortem</i> por ato próprio ou de terceiro.....	289
6.2 Direito à integridade moral.....	290
6.2.1 O direito ao nome.....	290
6.2.2 O direito à imagem.....	292
6.2.3 O direito à privacidade.....	297
6.2.4 O direito à honra.....	299
6.2.5 O direito à liberdade.....	301
6.3 Direito à integridade intelectual.....	304
6.3.1 O direito de autor.....	304
6.4 Outros direitos da personalidade.....	306
7. A pessoa jurídica e os direitos da personalidade.....	307
<b>CAPÍTULO SEXTO – DAS INCAPACIDADES.....</b>	<b>311</b>
1. Capacidade de direito e capacidade de fato.....	311
2. Capacidade e legitimação.....	313
3. Princípios básicos relativos à capacidade e incapacidade.....	314
4. Graus de incapacidade.....	316
4.1 Distinção entre incapacidade absoluta e incapacidade relativa.....	317
5. Os absolutamente incapazes.....	319
5.1 Os menores de 16 anos.....	319
5.2 Os que não possuem discernimento para atuar no mundo jurídico.....	320
5.3 Os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade.....	323
6. Os relativamente incapazes.....	324
6.1 Os menores entre 16 e 18 anos.....	324
6.2 Os que tiverem discernimento reduzido.....	325
6.3 Os excepcionais sem desenvolvimento completo.....	326
6.4 Os pródigos.....	326
7. Evolução comparativa ao Código de 16.....	329
8. Cessaçãõ da incapacidade.....	330
8.1 Cessaçãõ da incapacidade para os menores.....	330

8.1.1 Emancipação por ato voluntário ou judicial.....	331
8.1.2 Pelo casamento .....	332
8.1.3 Emprego público efetivo.....	333
8.1.4 Colação de grau em curso de ensino superior.....	334
8.1.5 Estabelecimento civil ou comercial ou relação de emprego com economia própria.....	334
<b>CAPÍTULO SÉTIMO – DO ESTADO DAS PESSOAS.....</b>	<b>335</b>
1. Conceito.....	335
2. Tipos de estado.....	336
2.1 Estado político.....	336
2.2 Estado familiar .....	338
2.3 Estado individual.....	339
3. O estado pessoal como elemento individualizador e delimitador da abrangência dos direitos que podemos adquirir ou exercer.....	340
4. Caracteres do estado.....	341
5. Ações de estado.....	342
<b>CAPÍTULO OITAVO – DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS ....</b>	<b>345</b>
1. Conceito.....	345
2. Histórico .....	347
3. Finalidade .....	348
4. Atos de registro .....	349
5. Características dos atos de registro .....	351
<b>CAPÍTULO NONO – DO NOME DAS PESSOAS .....</b>	<b>355</b>
1. Conceito e finalidade.....	355
2. Natureza jurídica .....	356
3. Composição do nome.....	358
4. Imutabilidade do nome e possibilidades de alteração ou mudança de nome.....	360
4.1 Alteração do nome por determinação ou permissão legal.....	361
4.2 Alteração por acréscimo de apelido.....	362



4.3 Alteração de prenome que expõe o titular ao ridículo.....	362
4.4 Outras hipóteses .....	362
5. Proteção ao direito ao nome .....	365
<b>CAPÍTULO DEZ – DO DOMICÍLIO.....</b>	<b>369</b>
1. Conceito e finalidade.....	369
2. Constituição do domicílio.....	372
3. Espécies de domicílio.....	374
3.1 Domicílio voluntário.....	374
3.2 Domicílio necessário .....	375
3.3 Domicílio de ficção.....	376
3.4 Domicílio geral.....	376
3.5 Domicílio profissional .....	377
3.6 Domicílio de eleição.....	378
4. Pluralidade de domicílio.....	380
5. Domicílio da Pessoa Jurídica.....	381
<b>CAPÍTULO ONZE – DAS PESSOAS JURÍDICAS .....</b>	<b>385</b>
1. Origem sociológica .....	385
2. Conceito.....	387
2.1 Princípios fundamentais.....	390
2.2 Pressupostos para o surgimento de uma pessoa jurídica .....	392
3. Natureza jurídica .....	395
3.1 Teoria da ficção .....	395
3.2 Teorias da realidade .....	397
4. Início da personalidade das pessoas jurídicas.....	399
4.1 Sistemas diversos para determinar o começo da existência legal das pessoas jurídicas.....	399
4.2 Sociedades de fato .....	401
4.3 Outros entes despersonalizados.....	404
5. Forma de atuação da pessoa jurídica.....	407
5.1 Teoria da representação .....	408

5.2 Teoria organicista .....	409
6. Responsabilidade da pessoa jurídica .....	411
6.1 Responsabilidade civil de natureza contratual .....	412
6.2 Responsabilidade civil de natureza extracontratual .....	412
6.3 Responsabilidade penal .....	416
6.4 Responsabilidade das pessoas jurídicas de direito público .....	419
7. Classificação das pessoas jurídicas .....	426
7.1 Pessoas jurídicas de direito público externo e interno .....	426
7.2 Pessoas jurídicas de direito privado .....	427
7.2.1 Associações .....	430
7.2.2 Sociedades .....	434
7.2.3 Fundações .....	434
8. Desconsideração da personalidade jurídica .....	439
9. Extinção da pessoa jurídica .....	445
9.1 Dissolução convencional .....	447
9.2 Dissolução legal .....	447
9.3 Dissolução administrativa .....	447
<b>TÍTULO III – DOS BENS .....</b>	<b>449</b>
<b>CAPÍTULO DOZE – DO OBJETO DO DIREITO .....</b>	<b>451</b>
1. Os bens como objeto do direito .....	451
1.1 Conceito de bens .....	452
1.1.1 Bens jurídicos .....	453
1.1.2 Bens corpóreos e incorpóreos .....	454
1.1.3 As ações humanas como objeto de direito .....	455
1.1.4 Os direitos como objeto de direito .....	456
1.1.5 Objetos de direito sem sujeito .....	457
1.1.6 Patrimônio .....	458
2. Classificação dos bens .....	462
2.1 Dos bens considerados em si mesmos .....	462
2.1.1 Bens móveis e imóveis .....	463
2.1.2 Bens fungíveis e infungíveis .....	473
2.1.3 Bens consumíveis e inconsumíveis .....	476

2.1.4 Bens divisíveis e indivisíveis .....	478
2.1.5 Bens singulares e coletivos .....	480
2.2 Dos bens reciprocamente considerados.....	482
2.2.1 Bens principais e acessórios.....	482
2.2.2 Os diversos tipos de bens acessórios .....	487
2.2.2.1 Frutos.....	487
2.2.2.2 Produtos.....	489
2.2.2.3 Benfeitorias.....	490
2.2.2.4 Pertenças.....	493
2.3 Dos bens quanto ao titular do domínio.....	497
2.3.1 Bens públicos.....	498
2.3.1.1 Bens de uso comum do povo.....	499
2.3.1.2 Bens de uso especial.....	500
2.3.1.3 Bens dominicais.....	500
2.3.1.4 Características dos bens públicos.....	501
2.3.2 Bens particulares.....	503
<b>TÍTULO IV – DOS FATOS JURÍDICOS .....</b>	<b>505</b>
<b>CAPÍTULO TREZE – DOS FATOS JURÍDICOS “LATO SENSU” .....</b>	<b>507</b>
1. Relação jurídica .....	507
2. Conceito de fato .....	509
3. Processo de juridicização dos fatos.....	511
4. Conceito de fato jurídico .....	513
5. Planos do mundo jurídico.....	514
5.1 Plano da existência .....	516
5.2 Plano da validade.....	516
5.3 Plano da eficácia.....	517
6. Efeitos dos fatos jurídicos .....	518
6.1 Aquisição dos direitos.....	519
6.1.1 Aquisição originária e derivada.....	520
6.1.2 Aquisição a título oneroso e gratuito .....	523
6.1.3 Aquisição a título singular e universal.....	523
6.2 Modificação dos direitos.....	524

6.3 Extinção dos direitos .....	526
7. Estado de aquisição dos direitos .....	527
7.1 Direito atual ou adquirido .....	528
7.2 Direito futuro .....	529
7.3 Expectativa de direito .....	532
7.4 Direito a termo .....	532
8. Classificação dos fatos jurídicos “ <i>lato sensu</i> ” .....	533
8.1 Fato jurídico “ <i>stricto sensu</i> ” .....	535
8.1.1 Conceito .....	536
8.1.2 Fatos ordinários e extraordinários .....	537
8.1.3 O decurso do tempo .....	539
8.2 Ato-fato jurídico .....	541
8.2.1 Conceito .....	541
8.2.2 Atos reais .....	543
8.2.3 Responsabilidade sem culpa .....	544
8.2.4 Caducidade sem culpa .....	547
8.3 Ato jurídico “ <i>lato sensu</i> ” .....	547
8.3.1 Ato jurídico “ <i>stricto sensu</i> ” .....	550
8.3.1.1 Conceito .....	550
8.3.1.2 Espécies .....	551
8.3.1.3 Distinção com o negócio jurídico .....	553
8.3.2 Negócio jurídico .....	555
<b>CAPÍTULO QUATORZE –</b>	
<b>DA INTRODUÇÃO À TEORIA DO NEGÓCIO JURÍDICO .....</b>	<b>557</b>
1. Conceito .....	557
2. Os planos da existência, da validade e da eficácia .....	561
2.1 Plano da existência - elementos constitutivos do negócio jurídico .....	563
2.2 A vontade .....	563
2.2.1 Autonomia da vontade e autonomia privada .....	566
2.2.2 Declaração da vontade .....	569
2.2.2.1 Vontade declarada e vontade real .....	570
2.2.2.2 Declaração receptícia e não receptícia .....	574
2.2.2.3 O silêncio .....	576
2.2.2.4 Reserva Mental .....	578

2.3 O objeto.....	581
2.4 A forma .....	582
<b>CAPÍTULO QUINZE – DA CLASSIFICAÇÃO DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS .....</b>	<b>585</b>
1. Quanto ao número de partes .....	586
1.1 Negócios unilaterais .....	586
1.2 Negócios bilaterais .....	587
1.3 Negócios plurilaterais .....	588
2. Quanto aos efeitos patrimoniais.....	589
2.1 Negócios onerosos comutativos e aleatórios .....	589
2.2 Negócios gratuitos .....	591
2.3 Negócios bifrontes.....	591
2.4 Negócios neutros .....	591
3. Quanto à causa da atribuição patrimonial .....	592
3.1 Negócios causais .....	593
3.2 Negócios abstratos.....	594
4. Quanto a sua relação com outro negócio .....	596
4.1 Negócio principal .....	596
4.2 Negócio acessório.....	596
5. Quanto à forma .....	597
5.1 Negócios não solenes ou informais.....	597
5.2 Negócios solenes ou formais.....	598
<b>CAPÍTULO DEZESSEIS – DOS ELEMENTOS ESSENCIAIS DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS .....</b>	<b>599</b>
1. Pressupostos de validade do negócio jurídico .....	599
1.1 Pressupostos subjetivos .....	600
1.1.1 Capacidade do agente .....	600
1.1.2 Legitimação .....	602
1.1.3 Declaração de vontade não contaminada por vícios.....	603
1.2 Pressupostos objetivos.....	604
1.2.1 Objeto lícito.....	604
1.2.2 Objeto possível .....	605

1.2.3 Objeto determinado ou determinável.....	606
1.3 Pressupostos formais .....	607
1.3.1 Forma prescrita ou não proibida.....	607
1.3.2 Forma <i>ad solenitatem</i> e <i>forma ad probationem</i> .....	610
<b>CAPÍTULO DEZESSETE – DA REPRESENTAÇÃO.....</b>	<b>613</b>
1. Conceito.....	613
2. Elementos da representação.....	618
2.1 Duas pessoas .....	620
2.2 Vínculo entre representante e representado.....	620
2.3 Poder de representação e seu limite .....	621
2.4 Consequência da atuação além dos poderes de representação .....	623
3. Espécies de representação .....	625
3.1 Representação convencional.....	625
3.2 Representação legal.....	626
4. Contrato consigo mesmo.....	627
<b>CAPÍTULO DEZOITO –</b>	
<b>DOS ELEMENTOS ACIDENTAIS DO NEGÓCIO JURÍDICO .....</b>	<b>629</b>
1. Plano da eficácia.....	631
2. Condição.....	632
2.1 Conceito.....	633
2.2 Elementos da condição .....	634
2.3 Negócios jurídicos que não comportam condição .....	637
2.4 Condições defesas, ilícitas e impossíveis: efeitos sobre o negócio jurídico.....	638
2.5 Espécies de condição .....	640
2.5.1 Condições casuais.....	640
2.5.2 Condições potestativas.....	640
2.5.3 Condição suspensiva.....	642
2.5.4 Condição resolutiva .....	645
2.6 Pendência, implemento e frustração da condição .....	647
3. Termo.....	649
3.1 Conceito .....	649

3.2 Elementos do termo .....	652
3.3 Espécies de termos.....	653
3.4 Efeitos do termo .....	656
3.5 Prazo .....	658
4. Encargo.....	660
4.1 Conceito .....	660
4.2 Consequências do descumprimento do encargo .....	663
5. Pressuposição.....	664
<b>CAPÍTULO DEZENOVE – DOS DEFEITOS DO NEGÓCIO JURÍDICO.....</b>	<b>667</b>
1. Introdução.....	668
1.1 Princípio da conservação dos negócios jurídicos.....	671
2. Erro.....	673
2.1 Conceito .....	675
2.2 Erro substancial .....	678
2.3 Erro escusável .....	678
2.4 Erro recognoscível.....	681
2.5 Espécies de erro.....	683
2.5.1 Erro quanto à natureza do negócio .....	684
2.5.2 Erro quanto ao objeto principal da declaração.....	684
2.5.3 Erro quanto à qualidade essencial do objeto.....	685
2.5.4 Erro quanto à pessoa .....	686
2.5.5 Erro quanto aos motivos .....	688
2.5.6 Erro de direito.....	690
3. Dolo.....	692
3.1 Conceito.....	692
3.2 Consequências do dolo .....	694
3.3 Espécies de dolo.....	694
3.3.1 Dolo principal e dolo acidental.....	695
3.3.2 Dolo comissivo e dolo omissivo.....	696
3.3.3 Dolo de terceiro .....	699
3.3.4 Dolo do representante .....	701
3.3.5 Dolo de ambas as partes.....	702

4. Coação .....	704
4.1 <i>Vis absoluta e vis compulsiva</i> .....	704
4.2 Conceito .....	707
4.3 Requisitos da coação .....	708
4.4 Coação de terceiro .....	713
5. Estado de perigo .....	716
5.1 Conceito .....	716
5.2 Elementos para caracterização do estado de perigo .....	717
5.3 Distinção com figuras assemelhadas .....	719
6. Lesão .....	721
6.1 Histórico .....	722
6.2 Conceito .....	725
6.3 Elementos e características da lesão .....	726
7. Fraude contra credores .....	732
7.1 Conceito .....	733
7.2 Requisitos para sua configuração em negócios gratuitos .....	735
7.3 Requisitos para sua configuração em negócios onerosos .....	739
7.4 Hipóteses de atos fraudatórios .....	741
7.4.1 Pagamento antecipado de dívidas .....	741
7.4.2 Concessão de garantias reais .....	742
7.5 Ação Pauliana .....	743
7.5.1 Natureza .....	744
7.5.2 Legitimidade ativa .....	746
7.5.3 Legitimidade passiva .....	747
7.6 Atos de disposição necessários à subsistência e à manutenção da atividade .....	748
<b>CAPÍTULO VINTE – DA INVALIDADE DO NEGÓCIO JURÍDICO .....</b>	<b>751</b>
1. Introdução .....	751
2. Teoria da inexistência .....	756
3. Nulidade e anulabilidade .....	758
3.1 Conceito .....	758
3.2 Distinção entre nulidade e anulabilidade .....	760



4. Hipóteses de nulidade.....	766
5. Simulação .....	773
5.1 Conceito.....	773
5.2 Espécies de simulação.....	775
5.3 Hipóteses de simulação.....	777
5.4 Simulação inocente.....	778
6. Hipóteses de anulabilidade.....	780
7. Conversão do negócio jurídico.....	782
<b>CAPÍTULO VINTE E UM – DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS E SUA PROVA.....</b>	<b>785</b>
1. Conceito.....	785
2. Meios de prova.....	787
2.1 Confissão.....	788
2.2 Documental.....	790
2.3 Testemunhal.....	797
2.4 Presunção.....	801
2.5 Pericial.....	803
2.6 Outros meios de prova.....	806
3. Prova ilícita.....	806
4. Valoração da prova.....	810
<b>CAPÍTULO VINTE E DOIS – DOS ATOS ILÍCITOS.....</b>	<b>813</b>
1. Conceito.....	813
2. Ilícitude civil e ilícitude penal.....	823
3. Ilícitude e responsabilidade civil.....	824
3.1 Responsabilidade contratual e extracontratual.....	825
3.2 Responsabilidade subjetiva e responsabilidade objetiva.....	827
4. Excludentes da ilícitude.....	831
4.1 Legítima defesa.....	831
4.2 Exercício regular de um direito.....	832
4.2.1 Abuso de direito.....	833
4.3 Estado de necessidade.....	836

<b>CAPÍTULO VINTE E TRÊS – DA PRESCRIÇÃO E DA DECADÊNCIA.....</b>	<b>839</b>
1. Introdução.....	839
2. Prescrição.....	841
2.1 Conceito.....	841
2.2 Fundamento.....	846
2.3 Natureza jurídica.....	848
2.4 Hipóteses de pretensões imprescritíveis.....	851
2.5 Dinâmica da prescrição.....	852
2.5.1 Surgimento de uma pretensão exercitável.....	852
2.5.2 Decurso do prazo previsto em lei.....	853
2.5.3 Ausência de causas impeditivas, suspensivas ou interruptivas.....	853
2.6 Prazos prescricionais.....	863
3. Decadência.....	867
3.1 Conceito.....	868
3.2 Decadência legal e convencional.....	870
3.3 Distinções entre prescrição e decadência.....	871
3.4 Prazos decadenciais.....	873
4. Prescrição, decadência e institutos afins.....	874
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>875</b>